



Santa Maria de Itabira, 2 de dezembro de 2013

Francisco,

A vida grita por socorro aqui na nossa pequena cidade de Santa Maria de Itabira, Minas Gerais, Brasil.

Vivemos numa região abençoada por Deus. Riquíssima, não apenas em reservas minerais, como muitos insistem em destacar, mas em **ÁGUA**: fonte vital para toda a espécie de VIDA.

Participando da 5ª. Semana Social Brasileira e do Encontro Nacional de Fé e Política, tivemos a certeza de que, para libertar nosso povo do cativeiro de nosso sistema, somente haveria um caminho: recorrer à Sua Santidade, Papa Francisco.

Nós, da Acaó, temos a certeza de que atenderá nosso clamor.

Carolina

Joana d'Arc

Juliano

Luciana

Maria Regina

Mariane

Marina

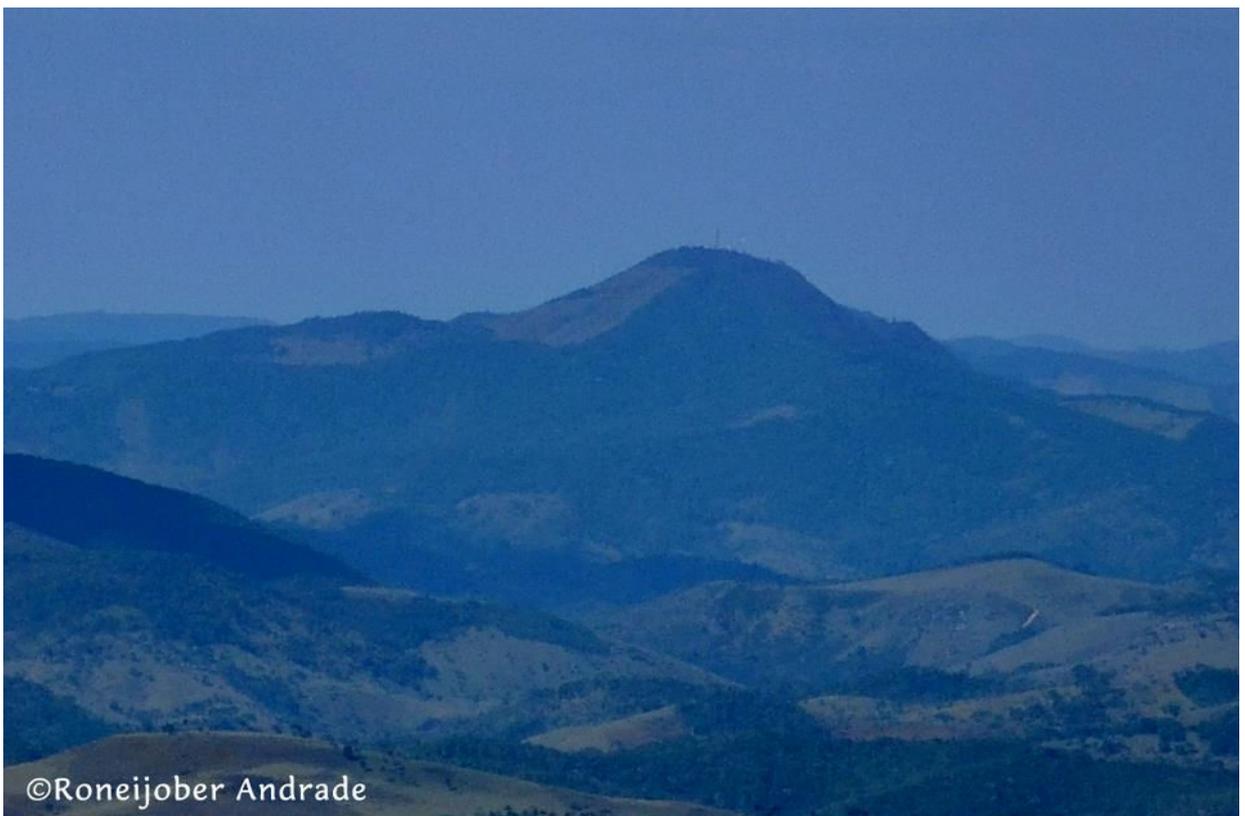
Terezinha

Tuquinha

Vaninho



Morro Escuro em Santa Maria de Itabira – ameaçado pelo mineração



MORRO DO PILAR E SANTA MARIA DE ITABIRA

MANABI assinará protocolo de intenções com o Governo de Minas nesta terça

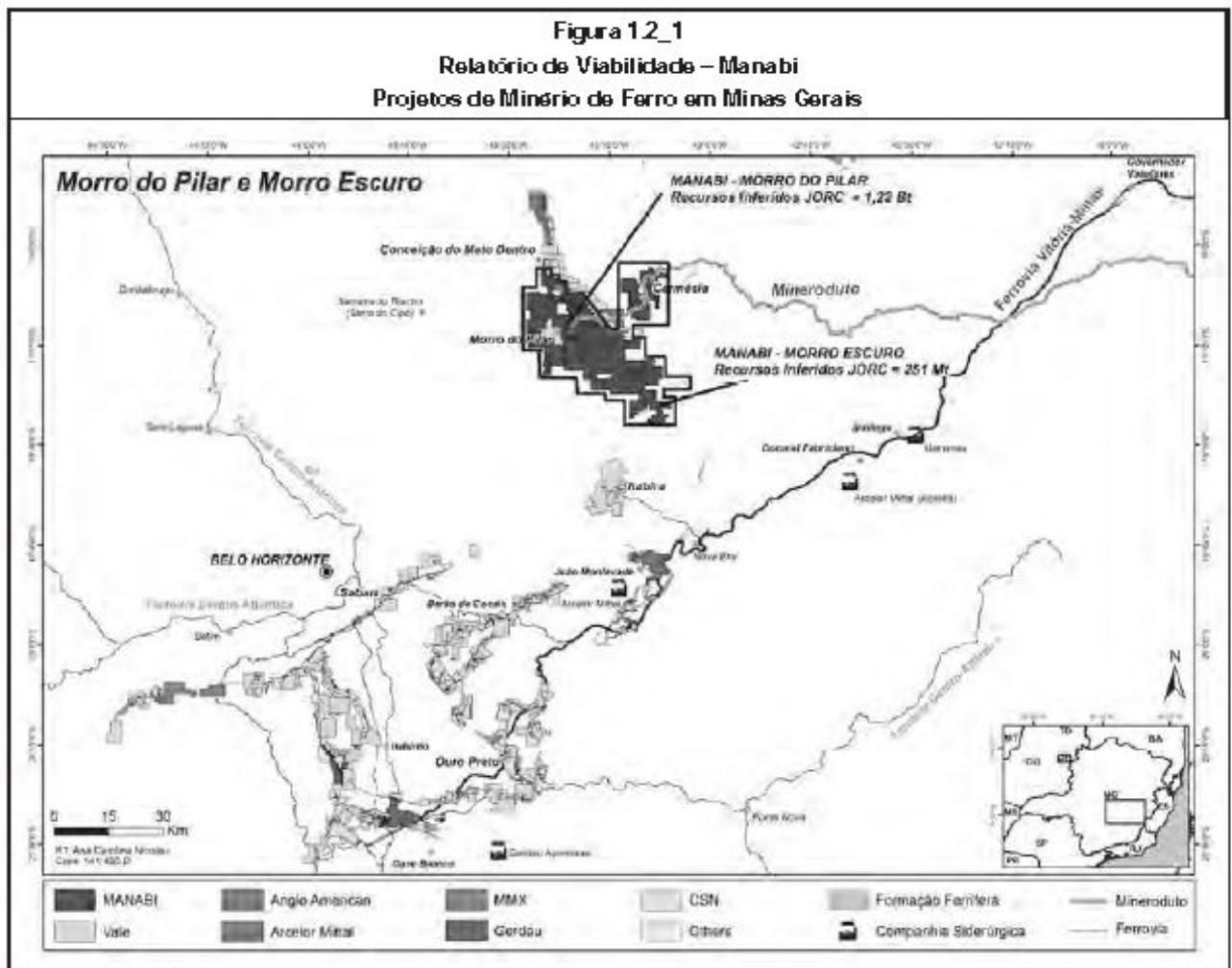
25/03/2013 15h25

O vice-governador de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho, assina nesta terça-feira, 26 de março, às 16h, protocolo de intenções com mineradora **MANABI** para investimentos da ordem de R\$ 6,25 bilhões no Estado.

Os investimentos serão feitos nas cidades de Morro do Pilar e Santa Maria de Itabira e visam ao aproveitamento de minério de ferro de baixo teor, com capacidade de produzir 31 milhões de toneladas anuais de pellet feed. Serão gerados mais de 8,2 mil empregos directos e indirectos nos dois municípios.

O projeto Morro do Pilar compreende uma mina, uma usina de beneficiamento de minério de ferro e rede de escoamento da produção, composta por um mineroduto e um terminal portuário em Linhares (ES). O mineroduto terá 530 km de extensão e ligará a mina ao Porto Norte, no litoral capixaba.

A exploração da serra do Morro Escuro, em Santa Maria de Itabira, será menor, destinada ao mercado interno. As duas minas somam cerca de 1,5 bilhão de toneladas de recursos minerais, podendo chegar a dois bilhões em potencial exploratório. A expectativa é que as operações comecem em 2017.



Fonte: Manabi Holding S.A.

Extrato da revista DE FATO ON LINE, dezembro 2012: MINERAÇÃO

Manabi pede licenciamento para construir mineroduto

10/12/2012 11h55

SÉRGIO SANTIAGO



Sede da Manabi, em Morro do Pilar, cidade que receberá maior parte dos investimentos da mineradora

A mineradora Manabi, que tem projetos para explorar minério de ferro em Morro do Pilar e em Santa Maria de Itabira, avança com os processos de licenciamento para implantação das minas e da estrutura de escoamento da produção. Em entrevista a **DeFato Online** na última sexta-feira, 7 de dezembro, o prefeito de Conceição do Mato Dentro, Reinaldo César de Lima Guimarães (PMDB), o Reinaldinho, disse que a empresa pediu licenciamento ambiental ao município para construção do mineroduto.

Projetos

Os investimentos previstos da Manabi em Morro do Pilar e em Santa Maria de Itabira somam US\$ 4,1 bilhões. Do total, US\$ 3,4 bilhões serão destinados ao projeto em Morro do Pilar, município com cerca de quatro mil habitantes que concentra quatro direitos minerários da empresa. O processo ainda está em fase de sondagem, mas já se sabe que a produção será destinada à exportação.

A exploração da serra do Morro Escuro, em Santa Maria de Itabira, será menor, destinada ao mercado interno. O projeto receberá um aporte de US\$ 721 milhões. As duas minas somam cerca de 1,5 bilhão de toneladas de recursos minerais, podendo chegar a dois bilhões em potencial exploratório. A expectativa é que as operações comecem em 2016, com produção estimada de 31 milhões de toneladas por ano.

O projeto Morro do Pilar compreende uma mina, uma usina de beneficiamento de minério de ferro e rede de escoamento da produção, composta por um mineroduto e um terminal portuário em Linhares (ES). O mineroduto terá 530 km de extensão e ligará a mina ao Porto Norte no litoral capixaba.

A produção do projeto Morro Escuro, em Santa Maria de Itabira, visa a usinas siderúrgicas, como ArcelorMittal, Usiminas, Gerdau, e empresas de mineração, como a Vale. As explorações na cidade serão compostas de uma mina e uma usina de beneficiamento. O escoamento da produção deverá ser feito, inicialmente, por rodovias já existentes que ligarão o complexo às cidades de Ipatinga e Itabira, alcançando clientes nacionais ou utilizando o terminal ferroviário da EFVM."



ASSOCIAÇÃO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL ORGÂNICA
Avenida Israel Pinheiro, 257, Conselho – Santa Maria de Itabira
Minas Gerais | CEP: 35910-000 | acao.associacao@gmail.com

Santa Maria de Itabira, 8 de abril de 2013.

“Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, a moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural (...)”¹

A força é própria de quem usa o poder. O consentimento é próprio de quem sujeita-se ao poder. Quanto maior for a força, menor será o consentimento.²

MORRO DO PILAR E SANTA MARIA DE ITABIRA – “Manabi assinará protocolo de Intenções com o Governo de Minas nesta terça”

Na manhã de 26 de março de 2013, nos deparamos com essa notícia no portal da DeFato Online, mídia digital de Itabira e região. Preocupadas, seguimos prontamente ao Palácio Tiradentes (o edifício do gabinete do governador do Estado, na Cidade Administrativa) para acompanhar o manifestar nosso repúdio a esse ato entre “eles” e o Governo de Minas.

Mas é bom, antes de continuar nosso relato, apresentarmc-nos. “Nós” somos Marina de Assis Pires, Lastênia Duarte de Assis (Tuquinha) e Mariane Reis Gomes, cidadãs santa-marienses que, juntamente com outros amigos, fundamos a Associação de Conservação Ambiental Orgânica (ACAO), em 8 de setembro de 2012, com o objetivo de *implementar ações culturais, educacionais e ambientais, em favor da defesa e melhoria da qualidade da vida, da garantia dos direitos de cidadania e do desenvolvimento social*³. “Eles” são a Manabi S/A, mineradora que pretende explorar minério de ferro em Santa Maria de Itabira e Morro do Pilar, pequenas cidades do interior de Minas.

Chegamos ao Palácio Tiradentes, identificamc-nos na portaria do edifício, informamos o motivo de nossa visita, fomos cadastradas, recebemos crachás e nos admitiram ao 3º andar. Lá, nos identificamos novamente e nossos nomes foram acrescentados à lista de participantes.

Encontramo-nos, então, com a funcionária “deles”, senhora Rosângela, que, após nos cumprimentar, articulou com o Cerimonial da Casa para impedir nossa participação na cerimônia. Apareceram dois seguranças e um cordão de isolamento no corredor de acesso ao auditório onde aconteceria o evento, e **a todos os que aguardavam o evento foi autorizada a entrada, exceto a nós três.**

Ligamos, então, para o jornal Estado de Minas e para a revista DeFato e explicamos a eles o que estava acontecendo ali. Neste momento, um funcionário do Cerimonial nos comunicou que o secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) conversaria conosco após a solenidade e acrescentou que aquele evento não era público, mas restrito a convidados. **Como assim, não é público um evento do Governo de Minas? Como assim, não é público um evento que impacta a cidade onde vivemos?**

Pouco depois, vieram ao nosso encontro jornalistas do Estado de Minas, Hoje em Dia, Diário do Comércio e Itatiaia. Explicamos, então, para todos, que considerávamos inadmissível a possibilidade de o Governo do Estado assinar aquele Protocolo de Intenções, uma vez que não existe ainda a avaliação integrada da viabilidade ambiental dos projetos “deles” em Morro do Pilar e em Santa Maria de Itabira; que a empresa tenta fragmentar o licenciamento ambiental junto à Semad com a criação de duas pessoas jurídicas distintas e a conseqüente abertura de dois processos distintos em Unidades Regionais Cologeadas

¹ Constituição da República Federativa do Brasil. Capítulo I, Artigo 5º, Inciso LXXIII.

² BRETAS, Terezinha de Assis. Poder ou Liderança? Artigo a ser publicado.

³ Artigo 2º - Estatuto da ACAO.

(URCs) também distintas (URCs Jequitinhona e Leste do Copam, o Conselho de Política Ambiental do Estado). Isso nunca poderia ter acontecido, pois os empreendimentos constituem um mesmo complexo mineral que precisa ser apresentado e analisado como tal pelo seu impacto nas águas da região, especialmente na bacia do rio Santo Antônio, nos ecossistemas e na própria dinâmica da vida social da região. Informamos a eles sobre a representação protocolada no Ministério Público pela ONG parceira “4 Cantos” para que a análise ambiental dos dois empreendimentos seja feita integralmente.

Os nossos argumentos anteriores fundamentam-se no documento da Manabi “Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de emissão da Manabi S.A.”, de Abril/2012, em que foi apresentada nas figuras às páginas 10 e 199, reproduzidas abaixo (Figura 3 e Figura 4, respectivamente), a totalidade das pretensões da empresa na região de Morro do Pilar, Santa Maria de Itabira e municípios no entorno, que não está sendo considerada no processo de licenciamento ambiental.

Explicamos também que um protocolo de intenções poderá gerar outras facilidades para os empreendimentos, como, por exemplo, a abertura de uma linha de financiamento pelo BNDES e a edição de decretos de declaração de utilidade pública pelos governos estadual ou federal, como ocorreu em relação ao Projeto Minas-Rio, vinculado à MMX em 2008, e depois vendido à Anglo American, no mesmo ano. Na data da assinatura do Protocolo de Intenções, publicou-se um decreto sem número, de declaração de utilidade pública das áreas por onde passariam o mineroduto Minas-Rio, criando-se, então, o fato consumado, do licenciamento do mineroduto antes da avaliação da viabilidade ambiental da mina que justificava a sua razão de ser, já que tem virado moda em Minas fazer transposição de água a lútu de transporte mineral.

...

Enfim, alguém estava disposto a ouvir aqueles que moram em Santa Maria de Itabira, que já vivem um dia a dia tumultuado pela construção de um mineroduto, e que se preocupam, principalmente, com um recurso indispensável à vida: a água.

Encerrado o evento, vieram ter conosco o secretário estadual de Meio Ambiente, senhor Adriano Magalhães, e o subsecretário de Política Mineral e Energética, senhor Paulo Sérgio Ribeiro. Repetimos ao secretário o que havíamos falado à imprensa e perguntamos como o Governo pôde assinar um acordo sem que se tivesse a conclusão do processo de licenciamento ambiental, com a análise integrada dos empreendimentos. Ele, então, nos respondeu que o protocolo assinado não garantia a aprovação ambiental do empreendimento; que não havia fragmentação alguma no processo de licenciamento ambiental e que nenhuma legislação, referente aos projetos em questão, exigia a análise ambiental integrada. Acrescentou ainda que estava ciente de um TAC entre a empresa e o MP, ao que esclarecemos ser referente ao empreendimento de Morro do Pilar, exclusivamente. Continuou dizendo que os problemas vivenciados em outros municípios eram resultado de acordos malfeitos. Neste Protocolo de Intenções foram previstos R\$ 100 milhões de investimento “deles” no município de Morro do Pilar, além das compensações exigidas por lei. E nos perguntou: que acordo mineral previu um investimento de R\$ 100 milhões em uma cidade? Ao que respondemos imediatamente: não estamos interessadas em R\$ 100 milhões. Dinheiro acaba. Estamos interessadas em preservar a água que temos e garantir o mínimo de qualidade de vida na nossa cidade. Curiosamente, sabemos que “ele”, o secretário de Meio Ambiente Adriano Magalhães, foi quem, como assessor do então vice-governador Antônio Anastasia, foi representar e levar o SIM do governo de Minas Gerais na fatídica data da reunião da URC Copam Jequitinhonha, que concedeu, infestada de tropas da Polícia Militar, a Licença Prévia para o “mal acordado” Projeto Minas-Rio (da MMX e Anglo). O secretário continuou enumerando os benefícios do empreendimento da Manabi, especialmente, o número de empregos que seriam gerados... Conhecemos como é uma cidade minerária... conhecemos quais empregos são destinados ao povo da cidade e da região. Achamos que ele não percebeu que nossa cidade se chama Santa Maria de Itabira!

Passamos, então, a conversar com o subsecretário Paulo Sérgio, que apenas elogiou as explicações do secretário. A ele questionamos: onde está a imparcialidade da administração pública quando

o próprio governo, responsável pelo licenciamento ambiental, assina um protocolo declarando seu apoio à implementação do empreendimento? Ele, então, tentou explicar que, se o parecer técnico informar a inviabilidade do empreendimento, os conselheiros do governo acatarão essa orientação técnica. Sem comentários. Ahhh... o subsecretário trabalhou 30 anos em uma grande mineradora!

Na volta para casa, viemos refletindo: **O que pode haver de tão errado neste acordo com o Governo que a nossa presença preocupasse de tal maneira os envolvidos? O que a Manabi tanto temia que não permitiu que três pessoas, nenhuma delas especialista no assunto, apenas cidadãs de uma cidadezinha do interior de Minas, participassem da solenidade?**

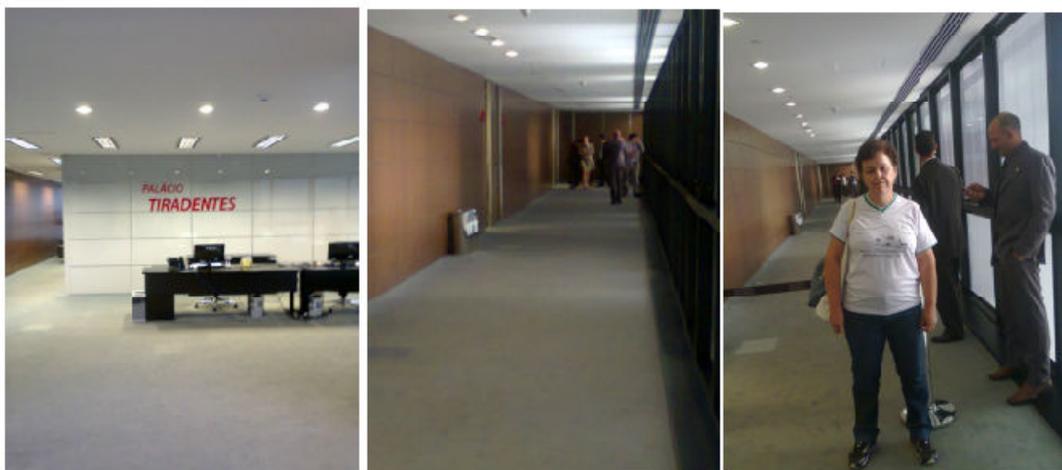


Figura 1 - Momentos distintos durante a solenidade: 1. Recepção do 30. Andar; 2. Corredor de acesso ao auditório desimpedido; 3. Marina Pires na entrada do corredor já com os 2 seguranças e o cordão de isolamento



Figura 2 - Nós três: Marina Pires, Mariane Gomes e Tuquinha

**Morro
Escuro,
nossa
última
esperança**



**Um
rastro de
ganância**



**Salvem
Santa Maria
de Itabira,
salvem o
Morro
Escuro**



*Explosões,
erosão e
destruição*



*Milhares
de árvores
arrancadas*



*Não sobra
nada,
isso é
desenvol-
vimento?*



***Cadê
a nossa
natureza?***



***Coitado
do nosso
rio***



***Barro e
morte
pelo
caminho***





CONFISSÃO DO LATIFÚNDIO

Pedro Casaldáliga

Por onde passei,
plantei
a cerca farpada
plantei a queimada.

Por onde passei
plantei
a morte matada.

Por onde passei
matei
a tribo calada
a roça suada,
a terra esperada...

Por onde passei
tendo tudo em lei,
eu plantei o nada.

Maio 2013

Acorde, Santa Maria, terra nossa

Mineração: poluição, inflação exorbitante em mercadorias e serviços, montanhas de terra solta, enchendo grotas, assoreamento dos cursos d'água, sumiço de nascentes, mais violência e adolescentes grávidas. Tão pequeno número de autoridades enxerga isso

Joana d'Arc Tórres de Assis,
de Santa Maria de Itabira-MG.

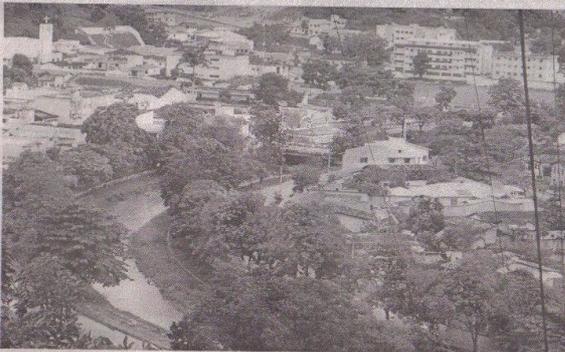
Em 8 de setembro de 2012, fundamos em Santa Maria de Itabira a Associação de Conservação Ambiental Orgânica (Acao), face a prospeções da multinacional Manabi na serra do Morro Escuro, o grande guardião da cidade, qual, para Itabira, foi o Cauê.

Naquele momento, nossa zona rural já sofria com problemas ambientais gerados por cortes e terraplanagens da empresa Anglo em construção do mineroduto Conceição do Mato Dentro-Campos (RJ). Nenhum pio as autoridades locais tinham dado, pelo menos para minimizar abusos. E o governo federal já concedera à Anglo o licenciamento de execução do projeto. Mas à Manabi ainda não; dava tempo de superar nosso comodismo e deixar correr nas veias o sangue cidadão em defesa da comunidade.

Em nosso meio, temos encontrado pessoas que defendem as possíveis operações da Manabi com todo mundo de cabeça baixa dizendo amém. "Ninguém cerca o progresso", dizem elas. Progresso? Façamos as contas: na imprensa, a Manabi previu dois mil empregos diretos e indiretos nos municípios de Santa Maria e Morro do Pilar. Numa base proporcional, poderiam chegar 700 em Santa Maria; a produção maior é no município vizinho. Mas a Bolsa de Valores a multinacional deixou por bem menos, estimando tudo em 492. Por quê? Acionistas detectam blefes? Outro agravante: estatísticas apontam que para os nativos ficam os subempregos. Para eles e alguns bandos de forasteiros. As melhores ofertas destinam-se a técnicos de fora.

Se considerarmos que das vertentes do Morro Escuro sairão por ano, segundo a Manabi, 6 milhões de toneladas de minério de ferro, deduz-se que será muito ônus para pouco ônus. Ainda mais que não há infraestrutura que permita o equilíbrio da vida urbana local, o modo

mais colares e estruturas de baixa máfia de Itabira



sustentável do que é básico. A própria Manabi teria de construir uma vila para os que vierem morar aqui, quiçá trazendo família.

Outro fator esquecido: contabilizar o lucro extra da multinacional com a extração de outros minerais que virão agregados ao minério de ferro: água-marinha, berílio, topázio, mica, feldspato, caulim... E não foi por tal presença mineral diversificada que a Manabi mudou sua identidade oficial para Morro Escuro Minerais? Uma quando chegou e outra ao concluir as prospeções, dando jeito de vir de graça a fina sobremesa do almoço.

Para se ter ideia dos bens minerais de Santa Maria, teremos em breve o lançamento de um livro de minha autoria, já no prelo, *Santa Maria de Itabira: na Lavra do Tempo*. Tem um capítulo no tema, com dados de entrevistas com pessoas no passado ligadas a pequenas minerações. Criei-o em 2009 ainda, para homenagear tanto os escritos do acervo que deu origem ao livro quanto o subsolo local.

A intenção da Manabi, expressa junto ao governo estadual, é desembolsar cifra super-

rior a 6 bilhões de reais em Santa Maria e Morro do Pilar. Pergunta-se: intenção aí rima com exatidão? Quem escutou na infância a fábula da raposa que conta uma bela história à galinhada, com o fim de pegar o galinheiro todo duma vez só, entende que mineradora alguma será tola de anunciar as avarias futuras, decorrentes de suas frentes de exploração. Poeira excessiva; sujeira nas casas e nas ruas; alta inflação em mercadorias e serviços locais; montanhas de terra solta em grotas; assoreamento de cursos d'água, sumiço de nascentes e de outras delicadezas; agricultores com glebas agora imprestáveis para o plantio e outros que as têm, mas sem poder sobre elas, a aguardar cinco anos por indenização; frequência maior de adolescentes grávidas; violência crescente. Poucos refletem nisso.

Itabira só poderia nos dar a aula magna sobre como agir e como não agir ante o impacto de uma mineração. Por falta de bons professores, não precisamos morrer analfabetos. Caeté, Congonhas, Conceição do Mato Dentro, São Gonçalo do Rio Abaixo,

Santa Antônio e outros vizinhos da região central de Minas têm o que ensinar sobre precauções, atitudes, ações práticas.

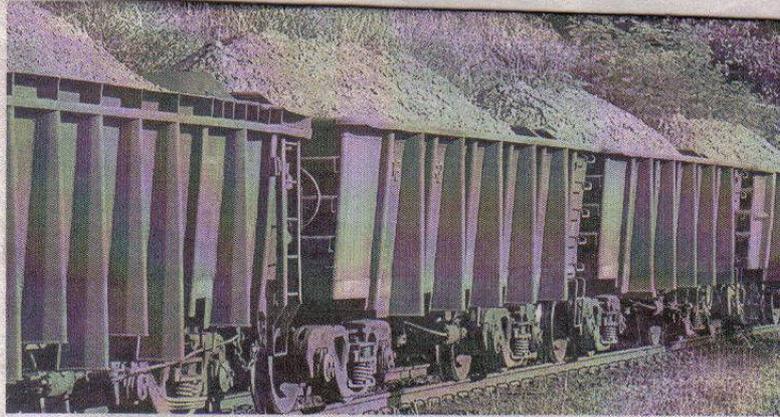
Quanto à luta da Acao, um conterrâneo me deu o seguinte parecer: "Para o bem ou para o mal, não há ninguém, nem nenhum movimento, que consiga parar o tal desenvolvimento das nações... Enquanto houver gente, haverá humanoide querendo movimentar cabeça e corpo para se tornar burguês. E o burguês é, sobretudo, um consumista". Sim, amigo, somos humanoide com fixação no imediatismo. Por causa de nada exigir e nada fazer, cuspiamos no prato dos nossos filhos, netos, bisnetos... Quando a mineradora levar a última pedrinha, o que vai sobrar para eles? Isso não cabe em nossa mente simplória? Por isso, em Minas Gerais o modo de agir das mineradoras evoluiu na conhecida moda da vaca: cagando e andando. Bem feito para nós, pois há muito se diz que "aquele que não defende seus direitos merece mesmo perdê-los".

Em contrapartida, lembro que há quase 30 anos o santa-mariense José Otávio de Assis entrou com ação pública contra a Vale, que ia acrescentar 10 quilômetros ao percurso Itabira/Santa Maria para desviar a MG 120 da Barragem de Santana, a ser elevada. A nova rodovia, financiada por ela, estava já nos arremates. Pois apesar disso o impossível ocorreu: o nosso simplesmente cidadão ganhou a causa e, assim, todos que por ali transitamos de carro, moto ou ônibus ficamos livres de um gasto a mais para o bolsinho querido. A rodovia recém-criada virou apenas opção.

Nos pratos da balança, os dois lados precisam ser pesados. Óbvio que a exploração mineral pretendida pela Manabi requer estudos e avaliações técnicas, ambientais e sociais, também por parte do município. Como? Consultorias abalizadas, estratégias, recursos, ação racional. Sem consultores, ele vai dar com os burros n'água. Mudar o rumo das coisas. Acorde, terra nossa!

Junho
2013

Minérios hoje: um grito por consciência



Joana d'Arc Tôrres de Assis,
de Santa Maria de Itabira-MG.

Pau-brasil, açúcar, minérios. A Colônia foi mais que a saída dessas ricas mercadorias para o estrangeiro, mas foi isso em primeiro lugar. Então, ao se fazer Império; então, ao se fazer República, ó Florão da América, as coisas mudaram?

Prossiga-se. Aqui e ali, o giro dos múltiplos lançamentos. Da indústria à agropecuária. De políticas e politicagens a leilão de poços de petróleo e carros e mais carros sem Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e sem pistas onde rodar. Do serviço nacional de uma educação cada vez mais curta à contundente exploração mineral em terras de Minas, junto visando o extermínio de suas águas e nascentes.

Deixamos o melhor do bolo para os países que negociam conosco e para alguns atravessadores locais; o mínimo nos basta. Exemplo: o esquema do minério de ferro de Itabira, sempre exportado *in natura* ou pelletizado. O montante superior dos lucros, só obtido nas forjas e depois delas, viaja nos transatlânticos e fica por lá. Ninguém moveu uma pedra para impedir isso. Ao mundo fica claro que essa mentalidade balofa começa nos governos e vigora em nossa quase nula consciência de cidadania. Burrinhos manquitolas!

Uma luzinha no final do túnel: em abril tivemos em Santa Maria de Itabira uma brilhante Feira de Ciências trazida por pesquisadores da Fundação Exequiel Dias (Funed-MG) e pela Unifei-Itabira, representada por Márcio Yasuda e alunos dele. Três mil pessoas – o município tem menos de onze mil habitantes – participaram do evento, coordenado pela Associação de Conservação Ambiental e Orgânica (Acaó), com apoio da Fundação Francisco de Assis.

Anteriormente, nas escolas, crianças e adolescentes foram incentivados a dizer o que pensam sobre a proposta da Morro Escuro Minerais, Manabi, formada por canadenses, coreanos e australianos com o objetivo de explorar a Serra do Morro Escuro, a serra-máter dos santa-marienses.

“Já começamos a sentir o drama do arraso que pode vir a acontecer em nosso município. Vimos tratores rasgando estradas, matando sem dó e piedade gigantescas árvores. E, pior, secando os córregos. Sabemos que a água não se renova... Não podemos aceitar que as pessoas venham de longe para destruir o que Deus nos deu. Temos o direito de viver em um ambiente saudável, puro e bonito”. De Miliane Ferreira de Oliveira, 9º ano C, da Escola Estadual Santa Maria.

“Nem tudo que reluz é ouro. Morro Escuro, terra boa! Dá vontade de manter. Mas chega gente de fora, e o dinheiro faz valer. Já pensou? Nós, crianças, não vamos poder desfrutar das belezas dessa serra, se a mineração chegar lá.” De Bruno de Deus Vieira, da Escola Municipal Trajano Procópio.

“Salve o Morro Escuro! Dizia Carlos Drummond de Andrade: ‘O maior trem do mundo leva minha terra para a Alemanha, leva meu tempo, minha infância, minha vida triturada em 163 vagões de minério e destruição’. Será que Santa Maria deseja isso para sua população? Deixar as águas cinzentas, e as flores, em preto-carvão? No meio do caminho tinha um morro... Isso não acontecerá aqui. O Morro Escuro continuará erguido, se o povo se unir. Proteja nosso bem! Faça sua proclamação. Grite aos quatro ventos: que não haja destruição”. De Elaine Angélica Alvares Silva, do 1º ano A da Escola Estadual Dr. Costa.

Transcrevi em prosa o extrato das duas últimas redações, originalmente em verso. Perdoem-me os autores.

Uma serra na casa da mãe-joana

Santa Maria, urgente: empresas vêm, enche a burra de ouro e deixam cá, de dinheiro, ninharias; de destruição, um colosso

Joana d'Arc Tórres de Assis,
de Santa Maria de Itabira-MG.

Ante as tristes sombras que rondam a Serra do Morro Escuro, de Santa Maria de Itabira, o escritor Rogério Alvarenga me conta antigo caso de família, com carta branca para sua divulgação. Ei-lo, pois.

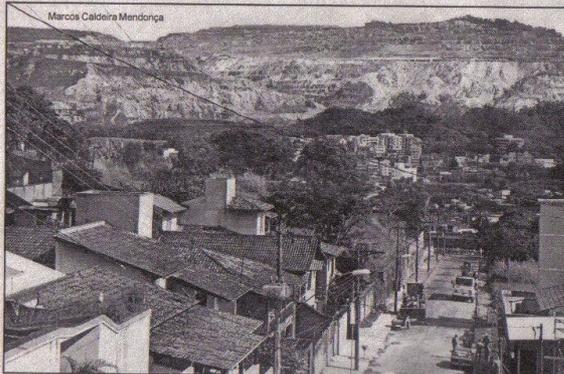
O pai de Rogério, Diógenes de Alvarenga (1889-1951), ao se casar, por volta de 1920, foi morar com a mulher em fazenda situada num dos lados do Morro Escuro. Pelos costumes da época, à noite, para alumiar os cômodos, só mesmo a luz da lamparina. E, além do breu circundante, um silêncio quase retumbante, rimas que levavam as pessoas a dormir cedo, quase com as galinhas. Os mil afazeres, óbvio, entravam nas horas claras do dia.

Tudo ia de vento em popa quando, meses depois, vindo, indo, vindo, fatos assombrosos invadiram a rotina do lugar. Assim: logo que as lamparinas eram apagadas, e o casal ajeitava a cabeça no travesseiro, um barulho, barulhão, chegava da cozinha, de louças, sendo empilhadas de qualquer jeito. De um pulo, Diógenes acendia a lamparina, apanhava o revólver e ia conferir.

Nada. Tudo quieto, portas e janelas trancadas, na santa paz. Voltava ao quarto, mantinha-se de espreita. Por fim, fatigados, pegavam no sono ele e a mulher. Pois não é que se dava o repeteco dos pratos espatifados no chão? Dessa vez, quem sabe era real? Lá ia o moço. Via o chão limpo, cada cantinho em ordem. Era assombração. E com vias de muito poder, para dar conta

de tamanhas artes. Confuso, o casal se perguntava como aguentar aquela barra. De quando em quando, uma estranheza nova: o som de correntes, correntes de ferro, que se arrastavam pela casa, sendo lançadas em seguida, pedaço por pedaço, ao chão. Num átimo, lamparinas de fogo aceso, o casal correndo desesperado. Via alguma coisa? Neca tibiriteca.

Teve ainda o inusitado dos dois cachorros que, alta noite, deram de uivar e arranhar



Vista do bairro Amazonas, Itabira: traumáticos os danos causados pela mineração

Nessa altura, o casal a deduzir que novidade no assunto não podia suceder, eis que ouve um socar de dois no pilão que morava entre o forno e a fôrnalha de lenha na coberta dos fundos. O modo, da soca com duas pessoas, era bem usado, para gastar menos tempo no serviço.

Um dia – isso o pai de Rogério repetia mais vezes e com maior ênfase –, um estrondo sem comparação ribombou nos ares da fazenda. Só podia ser o paiol que tinha desmoronado. Dessa feita não tinha como ser mentira. Porém, nada, nada havia acontecido.

De maneiras tais que, dia após dia, noite após noite, os dois santa-marienses eram

obrigados a conviver com aquela lida mal-assombrada. Se tivessem algum hóspede, avisavam com detalhes sobre as possibilidades. Não se assustassem por demais: os fantasmas (pela desordem sonora, deviam ser muitos mesmo) eram zombeteiros; maldosos, não. Contudo, nenhum hóspede era coió de tirar o pé da cama, que fosse para usar o penico, peça infalível em cada quarto de outrora.

Conta Rogério Alvarenga que, finalmente, seus pais se mudaram do Morro

fessora de literatura, francês e latim). Foi informado dos acontecimentos, claro. Na primeira semana, os fantasmas não incomodaram. Medo do novo dono da fazenda? Vá pensando! Pelo que sei, fantasma é bicho que não teme nem treme. Com suas artimanhas de invisível, se faz de audaz. A pausa dada por eles, com certeza era para rir, pois, passadas sete noites...

Com Rogério Alvarenga, o relato literal do ocorrido: "Tio Morico, muito valente, ao escutar a barulheira, levantou-se, pegou um chicote e desacatou o tal: 'Esse filho da puta pode aparecer agora que eu corto ele no chicote'. E falou, e gritou, gritou muita coisa

ainda, montou guarda, perdeu noite de sono, mas ninguém respondeu. Na noite seguinte? Não demorou. Assim que as lamparinas se apagaram, o armário de louças veio abaixo. Pelo ruído, louça quebrada, latas de carne e de mantimento rolando pelo chão. Até os cachorros latiram desesperados no terreiro. De cabelo em pé, tio Morico e tia Isabel foram ver o prejuízo. Tudo estava como dantes no quartel do Abrantes.

Mas o pavor de tia Isabel foi tanto que no outro dia cedo tio Morico foi pedir ajuda ao

quanto proferiu xingamentos diversos. O padre foi duro até, com as almas penadas. Mas teve efeito: daquela data em diante, tuco que era estranheza findou. Ah, me esqueci de falar que havia choros e gemidos constantes no meio dos ruídos e do mais.

Fazenda do Morro Escuro! Os espíritos foram embora. Todavia, ante as grandes mineradoras multinacionais que chegam para cortá-lo, destruí-lo, em troca de espelinhos e colares de bobo para os brasileiros, temos agora que clamar pela volta das assombrações. E, por favor, que venham em peso, para um arrastão!"

Acrescento que também meu pai, Aly Procópio Torres, com fazenda na extensão da Serra do Morro Escuro, tinha seus casos dali, inclusive um de fantasma que aparecia. Uma vez até conversou com o ditocujo, que vivera na região e queria mandar um recado para alguém.

A redondeza geral do Morro Escuro é, sem dúvida, um celeiro de preciosidades, quicá o maior patrimônio do município de Santa Maria de Itabira, em recursos e reservas de variados sentidos: mineral, aquífero, topográfico, geológico, afetivo-emocional, folclórico, criativo, cultural, histórico. Mas, incompreensivelmente, considerado pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e por grande parte da população, como espaço ideal para estrangeiros virem à pândega.

A pândega, sim, à farrá financeira. Empresas vêm, enchem a burra de ouro, festa e desenvolvimento, para si próprias e para seus países de origem, e deixam cá, de dinheiro, ninharias; de destruição, um colosso. Que panacas nós somos! Enquanto lá as leis que regulam quaisquer explorações ou empreendimentos, mais ainda de estrangeiros, são infalivelmente claras e exigentes, por vezes intransigentes, aqui os tais encontram o quê? De portas abertas ou com fracas taramelas a casa da mãe-joana!

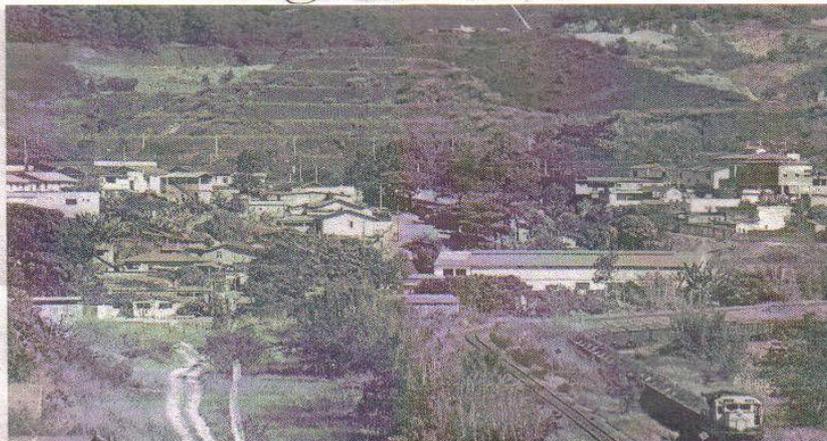
No próximo artigo, abordaremos um pouco mais sobre essa síndrome do Brasil, de ofertar aos gringos o ouro na bandeja,

6 Novembro 2013

Em política, quanto mais impossível melhor

OTrem

Nosso tigre da Tasmânia:



LUCRO, LUCRO, LUCRO - Empresa Vale exporta a riqueza mineral por trem e deixa para trás uma Itabira destruída, detonada, carcomida, arregaçada, estuprada...

Joana d'Arc Tôres de Assis,
de Santa Maria de Itabira-MG.

De perfil tímido e reservado, o tigre da Tasmânia reconhecia a presença de humanos, mas com eles evitava contato. Com toda razão. Um estudo de cientistas australianos concluiu que foi a truculência do bicho-homem que pôs fim à sua raça. Isso, perto de setenta anos atrás. Contar sobre o exótico animal? Podemos contar à vontade. Passava as horas de luz em pequenas cavernas e ao crepúsculo saía para caçar, mais patatipatatá. Mas será sempre uma história póstuma, sem a ênfase do *online* de seus botes, bramidos, dias de cio, ninhadas. Será sempre uma história à distância, pranteada pela natureza que o trouxe à roda da vida e nela o abrigou por quatro milhões de anos.

Já se narramos que o subsolo de Minas guarda relação direta com o acima dito, o tom de realidade é tamanhamente tangível e concreto que chega a sufocar. Como entender que finda aquela terra desenhada por elevações lindíssimas? Foi-se o Pico do Cauê com suas incomparáveis hematitas, vai a Serra da Conceição, irão em seguida a Serra do Morro Escuro e outras tantas que o Espinhaço empinou por aí.

Países há que regulam com critérios sólidos a gestão dos projetos minerários em seu território. Acima de determinado valor, o licenciamento é concedido a empresas nacionais somente. E minerais estratégicos apenas são explorados por empresas com 66% do capital votante sob controle nacional. Foquemos, por exemplo, a relação dos acio-

nistas da Morro Escuro Minerais e da Morro do Pilar Minerais, advindas da Manabi, fundada por ex-executivos da Vale e da Samarco: Austrália, Canadá e Coreia do Sul. Se empresas brasileiras de mineração quiserem lá investir, encontrarão maré mansa, oportunidades debaixo dos panos? Nunca. Em todos eles há uma política mineral ciosa, atenta, que exige justas compensações. Que faz funcionar na risca o conceito de desenvolvimento sustentável.

Já no Brasil... Na quase totalidade dos casos, não há estudos nacionais que antecedam a pesquisa dos estrangeiros. A garantia de tudo é coisa de compadre, e o monitoramento das operações de prospecção, pesquisa e exploração corre em igual trama. Para entender melhor a questão, tem-se, entre outros, na internet, o trabalho *Quem é quem nas discussões do novo código de mineração*, de Clarissa Reis Oliveira. Ela cita em palavras e gráficos quais partidos e quais políticos brasileiros têm sido financiados pelas grandes mineradoras. Imprimir as páginas vai nos facilitar nossas escolhas nas eleições de 2014.

Gente, claro que esses políticos, que os tais ex-executivos da Vale e da Samarco e demais autoridades estaduais e federais que promovem a extinção das riquezas do Brasil e a riqueza progressiva do próprio bolso, fazem isso porque não sabem que existimos. Viram nunca a cor da nossa voz! Só têm certeza de que somos cidadãos encolhidos, aglomerados abaixo do subsolo. Bagulhos sem serventia prática.

Minas, cadê suas minas? Cadê nós?